**GABARITO peça 4. Recurso Especial**

**PEÇA DE DEFESA**

**Recurso especial**

Verificar: (i) correto endereçamento; (ii) correto fundamento legal; (iii) se deixou claro o âmbito de impugnação do recurso.

**ASPECTOS GERAIS:** Boa argumentação, clareza dos argumentos, divisão em tópicos e coerência lógica da peça: **2,0 pontos**

**REGULARIDADE FORMAL:** A petição deve ter o correto endereçamento ao Presidente do TJSP (**1,0 ponto**), acompanhada das razões recursais (**1,0** **ponto**). Indicação correta do fundamento legal do recurso especial (CR, art. 105, III, a) (**1,0 ponto**) e de qual foi o vício ocorrido: artigo de lei violado: CPP, art 156, *caput*, c.c. art. 386, *caput*, V, para tese principal, e CP, art. 44, caput, para tese subsidiária (**1,0 ponto**).

**MÉRITO:** (i) tese principal: alegação de contrariedade ao CPP, art 156, caput, porque o ônus da prova da autoria delitiva é do MP, isto é, de quem alega, e o acórdão condena o acusado por afirmar que caberia a ele prova que não foi o autor do crime, invertendo o ônus da prova. Além disso, também poderia acrescentar contrariedade ao inciso V do caput do art. 386, porque o caso era de dúvida sobre a autoria e, mesmo assim, o acusado foi condenado, quando o dispositivo contrariado prevê que deve ser absolvido. (2,0 pontos); (ii) tese subsidiária: na negativa de substituição da pena privativa de liberdade por pena de multa houve contrariedade ao art. 44 do CP, pois a pena foi inferior a quatro anos, o acusado não era reincidente, a não pode ser considerado mau antecedente a prisão não penal, por dívida civil. (**2,0 pontos**).

**PEDIDO:** para conhecimento e provimento do recurso, visando: (i) afastar a contrariedade ao art. 155, pois se o acórdão reconhece que MP não se desincumbiu do de prova a autoria, não poderia impor a defesa um ônus de demonstrar sua inocência. Poderia acrescentar que, se o caso era de dúvida de autoria, a condenação viola o inciso V do art. 386 do CPP.; (ii) afastar a contrariedade do art. 44 do CP, porque todos os requisitos legais estão presentes, substituindo a pena privativa de liberdade por pena de multa (**2,0 pontos**)

**PEÇA DA ACUSAÇÃO**

**Recurso Especial**

Verificar: (i) correto endereçamento; (ii) correto fundamento legal; (iii) se deixou claro o âmbito de impugnação do recurso.

**ASPECTOS GERAIS:** Boa argumentação, clareza dos argumentos, divisão em tópicos e coerência lógica da peça: **2,0 pontos**

**REGULARIDADE FORMAL:** A petição deve ter o correto endereçamento ao presidente do TJSP (**1,0 ponto**), acompanhada das razões recursais (**1,0** **ponto**). Indicação correta do fundamento legal do recurso especial (CR, art. 105, III, a) (**1,0 ponto**) e de qual foi o vício ocorrido: artigo de lei violado: CPP, art. 384, § 4º, parte final (**1,0 ponto**).

**MÉRITO:** (i) tendo havido a *mutatio libelli*, com aditamento da denúncia, e alteração do fato imputado de furto para apropriação indébita de coisa achada, o juiz não poderia condenar o acusado pela imputação originária. Recebido o aditamento para o crime do art. 169, parágrafo único, II, do CP, caberia ao juiz somente absolver ou condenar o acusado por esse fato. No caso, a condenação por furto é nula (**2,0 pontos**).

**PEDIDO:** para conhecimento e provimento do recurso, visando: (i) afastar a contrariedade ao art 384, § 4º, parte final, do CPP, reconhecendo a nulidade do v. acórdão, reconhecendo a nulidade da sentença, e determinando que outra seja proferida, nos termos do aditamento da denúncia, pelo crime da apropriação indébita de coisa achada. **(2,0 pontos)**